



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2024

MANHÃ

ANALISTA JUDICIÁRIO DIREITO

NÍVEL SUPERIOR – PROVA TIPO 4 AZUL



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **70 (setenta)** questões objetivas e **1 (uma)** questão dissertativa, você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas e a folha de texto definitivo;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.
- A redação deverá ser redigida entre **20 (vinte)** e **30 (trinta)** linhas.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para o preenchimento das folhas de textos definitivos;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de irição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de texto definitivo;
- Para o preenchimento das folhas de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados nas folhas de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em suas folhas de textos definitivos, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento das suas folhas de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca das folhas de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas nas folhas de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa prova!**

LÍNGUA PORTUGUESA

1

Um jornal português trazia o seguinte texto:

Aterrar nas lojas antes de levantar voo. A nova zona comercial do aeroporto de Lisboa está maior e mais bonita. Ana Garcia Martins não foi de viagem, mas foi visitá-la. Ir de viagem e não comprar perfumes e chocolates no aeroporto é mais ou menos a mesma coisa que ir a Roma e não ver o Papa.

Assinale a afirmação **inadequada** sobre esse texto.

- (A) A utilização do verbo “aterrar” em lugar de “aterrissar” indica uma preferência vocabular dos portugueses.
- (B) O texto deve ser enquadrado como publicitário, tendo por objeto o comércio nas lojas do aeroporto de Lisboa.
- (C) A pessoa citada, no texto, mostra uma atitude que deveria ser copiada por outras pessoas.
- (D) O pronome “la” se refere à zona comercial do aeroporto.
- (E) A comparação final do texto é feita para mostrar o absurdo que é ir a Roma e não ver o Papa.

2

Observe este anúncio publicitário:

Novo Nokia N85. Fotografe. Filme. Crie. Jogue. Encontre. Conectado. Sempre.

Assinale a afirmação correta sobre esse texto.

- (A) Os períodos do texto mostram paralelismo sintático.
- (B) O principal objetivo desse texto é convencer o leitor.
- (C) O texto concentra sua atenção no produto anunciado.
- (D) O emprego do imperativo neste caso indica ordem.
- (E) Predomina no texto a função emotiva.

3

Observe o seguinte texto:

Em maio de 1985, cientistas alertaram para a existência de um buraco na camada de ozônio em cima da Antártida numa revista científica. Essa camada protege animais, plantas e homens das radiações solares.

A descoberta foi divulgada pelos pesquisadores Joe Farman, Brian Gardiner e Jonathan Shanklin. O buraco está relacionado ao acúmulo de gases CFCs (usados em sistemas de refrigeração e de ar-condicionado e em solventes industriais).

Para reverter a situação, foi firmado em 1987 o Protocolo de Montreal, em que os países se comprometeram a substituir os CFCs. A expectativa dos cientistas é que em 2080 a camada de ozônio da Antártida volte aos níveis de 1950.

Assinale a observação correta sobre esse pequeno texto.

- (A) Uma data importante é lembrada nesse texto e o autor emprega uma linguagem de caráter subjetivo para isso.
- (B) O texto, por sua estrutura e conteúdo deve ser incluído entre os de caráter didático.
- (C) O texto termina com um apelo à intimidação dos cientistas envolvidos no fato noticiado.
- (D) A variação linguística empregada no texto é a popular, para mais fácil comunicação com os leitores.
- (E) Para comprovar a veracidade dos fatos informados, o autor apelou para depoimentos de autoridades.

4

Assinale a opção em que a relação lógica entre os segmentos da frase se encontra corretamente indicada.

- (A) Cave no local em que o ouro está enterrado, / a não ser que você só esteja precisando de exercício – relação de conformidade.
- (B) A fé remove montanhas, / mas os ecologistas são contra. – relação de explicação.
- (C) Quando a última árvore for cortada / os homens vão perceber que dinheiro não alimenta. / relação de tempo.
- (D) Há flores em todas as estações, / assim como loucuras em todas as idades. - relação de modo.
- (E) Os bichos não são tão burros / como se pensa. – relação de causa.

5

Assinale a frase que **não** mostra traço de intertextualidade.

- (A) A queda desse fiscal é uma crônica anunciada, pois ele vendia licenças.
- (B) Dizem que devagar se vai ao longe, mas quando se chega atrasado, tudo já foi vendido.
- (C) A Bíblia tinha razão, pois encontraram a Arca de Noé soterrada em um deserto.
- (D) Se conversa mole fosse avião, o Brasil teria a maior força aérea do mundo.
- (E) O futuro a Deus pertence e, quando a gente é ministro, pertence também ao Presidente.

6

Assinale a frase em que predomina a função metalinguística de linguagem.

- (A) O ouro não é tudo. Também existem diamantes.
- (B) Estou vivendo a experiência de ficar sem dinheiro.
- (C) O que aprendemos com o passado é que raramente aprendemos com o passado.
- (D) A diferença entre pê e pé não é só no acento gráfico.
- (E) A verdadeira constituição das coisas gosta de ocultar-se.

7

Cada frase abaixo mostra uma inferência (algo deduzido do que foi expresso).

Assinale a frase em que a inferência é **inadequada**.

- (A) Se meu médico me disser que tenho somente um dia de vida, não vou ficar remoendo. Redigirei as obras mais rapidamente. Inferência: o emissor é escritor.
- (B) Pretendo viver para sempre. Até agora, tudo bem. Inferência: o emissor já morreu.
- (C) É praticamente impossível olhar para um pinguim e sentir raiva. Inferência: a imagem do pinguim é agradável.
- (D) Queria ter 25 ou 32 anos. Como não tenho, não digo a minha idade. Inferência: o emissor da frase é mais velho.
- (E) O limão é uma laranja de mau humor. Inferência: o gosto do limão é amargo.

8

Assinale a frase em que o verbo sublinhado tem valor de elemento coesivo referencial.

- (A) O jogador mostrou dedicação, mas seu colega não fez o mesmo.
- (B) Todos construíram suas casas rapidamente, mas outros atrasaram-se na tarefa.
- (C) O turista escreveu uma carta aos parentes, enquanto seu colega comprava presentes para os seus.
- (D) Todos viajaram ao mesmo tempo, mas alguns ficaram presos por exigências burocráticas.
- (E) Eu componho músicas e ele redige as letras.

9

Assinale a frase em que o termo sublinhado se refere a um termo seguinte e não a um termo anterior.

- (A) Não pratico esportes. Quando dá vontade, deito até ela passar por completo.
- (B) Sono saudável tem aquele de estômago moderado, que se levanta cedo e com boa disposição.
- (C) É a mente que enriquece o corpo.
- (D) Fecho meus olhos para ver o que os homens imaginam.
- (E) O estômago é a terra onde germina o pensamento.

10

Observe a seguinte frase:

Se disser algo errado, poderá dizê-lo de novo. Se escrever algo errado, poderá reescrevê-lo. Se fizer algo errado, o erro ficará com você para sempre.

Sobre a estruturação ou a significação dessa frase, é correto afirmar que

- (A) os pronomes “lo” usados na frase não possuem antecedente expresso.
- (B) as ações de “dizer”, “escrever” e “fazer” mostram uma progressão ascendente de gravidade nos três termos.
- (C) os períodos que formam a frase mostram certo paralelismo sintático.
- (D) os segmentos “Se disser”, “Se escrever” e “Se fizer” mostram três formas de infinitivo dos verbos.
- (E) o termo “o erro” não tem antecedente expresso na frase.

11

Um espectador de um programa televisivo comentou:

Gosto dos comentários desse repórter, pois ele sabe que o tempo deve ser curto e seleciona o que é mais importante.

Nesse caso, o conceito de boa expressão de linguagem é a de que se expressa de forma

- (A) gramaticalmente correta.
- (B) culta e elaborada.
- (C) popular.
- (D) adequada à situação.
- (E) literária.

12

Assinale a frase a seguir em que a comparação realizada não aparece explicada, como nas demais frases.

- (A) A vida é como um balão: quando nos deparamos com ventos fortes, a solução não é lutar contra eles, mas procurar novas altitudes, novos ventos que levem na direção certa.
- (B) A vida é como um jogo de cartas. A mão que as distribui representa determinismo. A forma como você joga é o livre arbítrio.
- (C) A vida é como um cobertor curto. Se você puxa para cima, seus dedos ficam descobertos, se você cobre os pés, descobre seus ombros.
- (D) A vida é como uma grande tela: jogue toda a tinta que puder e aproveite cada espaço para fazer bons quadros, dando bons exemplos.
- (E) O jogo da vida é como o jogo de bumerangue. Nossos pensamentos, realizações e palavras voltam para nós mais cedo ou mais tarde, com uma precisão impressionante.

13

A contracapa do Minidicionário da Língua Portuguesa, de autoria de Evanildo Bechara, traz o seguinte:

Elaborado pelo prof. Evanildo Bechara, o único representante da ABL no novo Acordo Ortográfico.

Muito fácil de consultar.

Todas as palavras alteradas pela Reforma Ortográfica vêm assinaladas.

Mais de 30 mil palavras e locuções.

Regionalismos, estrangeirismos e siglas.

Assinale a opção que não mostra uma vantagem que está explícita ou implicitamente aí indicada.

- (A) Grande número de vocábulos incluídos na obra.
- (B) Classificação gramatical dos vocábulos.
- (C) Facilidade de acesso à obra.
- (D) Informações de qualidade diferenciada.
- (E) Informações atuais sobre palavras.

14

Um anúncio de produtos eletrônicos dizia:

Tem coisas que nem o Papai Noel faz pra você: uma lista de presentes para este Natal – Philco cinema, DVD portátil Adventure e Micro System PH671.

Assinale a observação correta sobre esse pequeno texto.

- (A) A referência a Papai Noel se deve ao fato de ele ser o autor de muitas listas de presentes.
- (B) O anúncio mostra interferência da língua falada com o intuito de aproximação social com os leitores.
- (C) O pronome de tratamento “você” se refere no texto a um receptor específico.
- (D) Os produtos referidos no texto servem para mostrar a alta qualidade do que é anunciado.
- (E) O anúncio procura lembrar aos leitores a necessidade de dar bons presentes no Natal.

15

Num dos quadrinhos da Turma da Mônica, em história que ocorre na zona rural do país, há um diálogo entre um menino e sua mãe:

Menino – Mãe, tenho uma coisa boa e uma coisa ruim pra contá pra sinhora!

Mãe – Qual é a boa?

Menino – No ano qui vem vou usá os mermo livros deste ano!

Assinale a afirmação correta sobre esse pequeno diálogo.

- (A) No diálogo não ocorre perfeito entendimento entre os personagens dos quadrinhos.
- (B) Os dois personagens dos quadrinhos empregam a mesma variação linguística.
- (C) A variação linguística mostrada pelo menino intensifica o efeito humorístico da história narrada.
- (D) A variação linguística do menino mostra exclusivamente trocas de pronúncia nas vogais.
- (E) A notícia boa era a permanência do menino na mesma escola.

16

Uma marca que mostra um traço da língua falada e não da língua escrita, é

- (A) a predominância de frases complexas.
- (B) o uso frequente da voz passiva.
- (C) o uso de interrupções para melhoria da expressão.
- (D) o apelo a variadas estratégias de produção textual.
- (E) a continuidade na expressão textual.

LEGISLAÇÃO

17

Entre os compromissos de conduta ética previstos na Resolução TJRR/TP nº 73/2022 (Código de Ética dos Servidores do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima), encontramos o seguinte:

- (A) atuar com neutralidade no cumprimento de suas atribuições, sendo possível, contudo, manifestar suas influências político-partidária, religiosa ou ideológica no exercício de suas atribuições.
- (B) zelar pelo uso correto e eficiente do patrimônio institucional, adotando práticas de economia e sustentabilidade, o que não abarca o combate ao desperdício de materiais utilizados no âmbito do Tribunal ou de sua missão institucional.
- (C) tratar autoridades, superiores hierárquicos, jurisdicionados, advogados, demais servidores, terceirizados, estagiários e outros colaboradores com respeito, cordialidade, disponibilidade e senso de cooperação e justiça, inclusive quanto às limitações pessoais.
- (D) utilizar com responsabilidade os recursos e ferramentas de Tecnologia da Informação e Comunicação, observando as normas internas, autorizando-se a utilização desses recursos para propagação e divulgação de conteúdo mesmo que atente contra a moralidade administrativa.
- (E) representar de imediato à autoridade competente todo e qualquer ato ou fato que seja contrário ao interesse público, salvo quanto à denúncia de pressões de superiores hierárquicos que visem a obter vantagens indevidas em decorrência de ações ou omissões imorais, ilegais ou antiéticas.

18

Diante de sua regular investidura no cargo de Analista do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, Renato decidiu verificar quais parcelas de sua remuneração estão incluídas no teto remuneratório, de acordo com o disposto no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Roraima (Lei Complementar Estadual nº 53/2001, com as alterações supervenientes), vindo a concluir corretamente que entre elas pode ser apontada

- (A) a gratificação natalina.
- (B) o adicional de férias.
- (C) o adicional noturno.
- (D) o adicional pela prestação de serviços extraordinários.
- (E) a retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento.

19

Em decorrência de erro médico cometido em determinado hospital público estadual, Meire, maior e capaz, ajuizou ação em face do Estado de Roraima, para fins de responsabilização Civil pelo aludido evento, na Comarca de Boa Vista.

Tendo em conta o disposto no Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima (Resolução TJRR/TP nº 27/2023), é correto afirmar que o Juízo especializado para a aludida demanda é

- (A) o Terceiro Juizado Especial Cível.
- (B) a Sexta Vara Cível.
- (C) a Turma Recursal.
- (D) a Vara de Execução Fiscal.
- (E) a Primeira Vara de Fazenda Pública.

20

No exercício de suas atribuições como analista do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, Geraldino opôs resistência injustificada ao andamento de determinado processo, sendo certo que nunca havia violado dever funcional anteriormente, razão pela qual foi instaurada sindicância para fins de apuração da mencionada infração.

Acerca da penalidade aplicável a Geraldino na situação descrita e da sindicância, à luz do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Roraima (Lei Complementar Estadual nº 53/2001), é correto afirmar que

- (A) caso não se justifique a aplicação de penalidade mais grave à Geraldino, a sanção de advertência pode resultar da sindicância, mediante a ampla defesa e o contraditório.
- (B) a penalidade mais leve prevista para a situação em comento é a suspensão de Geraldino por sessenta dias, que pode resultar da sindicância, independentemente da ampla defesa e o contraditório.
- (C) pode ser aplicada à Geraldino a sanção de advertência, suspensão ou demissão, que, em qualquer caso, poderá resultar da sindicância, que não exige a observância da ampla defesa e do contraditório.
- (D) ainda que se conclua que a penalidade aplicável à Geraldino deve ser a advertência, a imposição da sanção não pode resultar da sindicância, diante da necessidade de ampla defesa e o contraditório.
- (E) a infração cometida por Geraldino está elencada dentre aquelas que justificam a penalidade de demissão, de modo que deve ser instaurado o processo administrativo disciplinar, não podendo resultar da sindicância.

21

Considerando os impedimentos e incompatibilidades dos Magistrados e dos Servidores da Justiça previstos no Novo Código de Organização Judiciária do Estado de Roraima (Lei Complementar Estadual nº 221/2014 - COJERR), é correto afirmar que

- (A) nenhum Servidor da Justiça, em qualquer categoria, poderá funcionar juntamente com o cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau na mesma Comarca, mesmo que não haja dependência hierárquica entre as funções dos respectivos cargos.
- (B) o impedimento relativo ao funcionamento de servidores da Justiça de atuar no mesmo feito com cônjuges e parentes não pode ser aplicado quando alguma das partes, seu procurador ou o agente do Ministério Público, mantiver com o servidor idêntica relação de parentesco, consanguíneo ou afim.
- (C) na hipótese de verificação de impedimento do servidor da Justiça em razão da atuação de seu com o cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau na mesma Comarca, será afastado o primeiro nomeado.
- (D) exceto em atos ou processos administrativos ou de jurisdição graciosa do Tribunal de Justiça, não poderão funcionar conjuntamente como Juizes, no Tribunal Pleno, cônjuges e parentes consanguíneos ou afins em linha reta, ou colateral até o terceiro grau.
- (E) são válidas e eficazes as remoções de Magistrados feitas a pedido que motivarem impedimento entre Magistrados ou entre Magistrado e o membro do Ministério Público ou Auxiliar de Justiça, em razão de ser o cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau.

22

Ao analisar o ciclo da gestão de desempenho por competências delineado na Resolução TJRR/TP nº 28/2023, João concluiu corretamente que

- (A) o planejamento anual das qualificações a serem oferecidas pela Escola do Poder Judiciário deverá contemplar o conteúdo dos planos de desenvolvimento individual (PDI).
- (B) a gestão de desempenho por competências é realizada em ciclos mensais, composto das seguintes fases: acordo de desempenho, avaliação do desempenho, *feedback* pós-avaliação; e planos de desenvolvimento.
- (C) o *feedback* poderá ser realizado de forma individual ou por grupo de servidores sob a mesma chefia, sendo vedada a alteração das notas inicialmente atribuídas na avaliação de desempenho.
- (D) os planos de desenvolvimento consistem em compromissos firmados entre servidor e chefia imediata quanto aos resultados e comportamentos esperados no período a ser avaliado.
- (E) a avaliação de desempenho é a aferição sistemática das competências das pessoas, expressadas pelo conjunto de aptidões e conhecimentos demonstrados no ambiente de trabalho, não podendo ser composta da autoavaliação.

NORMAS APLICADAS AO PODER JUDICIÁRIO

23

Segundo a Resolução nº 400 de 16/06/2021 do Conselho Nacional de Justiça, os órgãos do Poder Judiciário devem adotar modelos de gestão organizacional com processos estruturados que promovam a sustentabilidade, com base em ações ambientalmente corretas, economicamente viáveis e socialmente justas e inclusivas, culturalmente diversas e pautadas na integridade, em busca de um desenvolvimento nacional sustentável.

De acordo com a referida norma é correto afirmar que

- (A) contratações compartilhadas são práticas institucionais que tenham como objetivo a promoção de comportamentos éticos e que contribuam para o desenvolvimento ambiental, social, cultural e econômico, melhorando, simultaneamente, o meio ambiente e a qualidade de vida do quadro de pessoal e auxiliar do Poder Judiciário.
- (B) as ações socialmente justas e inclusivas têm como objetivo respeitar a variedade e a convivência entre ideias, características, gêneros e regionalismos no ambiente de trabalho.
- (C) as ações ambientalmente corretas devem ter como objetivo a redução do impacto no meio ambiente, tendo como premissas o aumento do consumo, com o reaproveitamento e reciclagem de materiais e a observância aos modelos de padrão de consumo.
- (D) as ações economicamente viáveis devem buscar critérios de eficiência contínua dos gastos, levando em consideração a real necessidade da compra/contratação dentre as propostas mais vantajosas (análise custo-benefício) para sustentação da instituição, tendo em vista as inovações nos processos de trabalho.
- (E) as ações culturalmente diversas devem fomentar na instituição e em ações externas a adoção de comportamentos que promovam o equilíbrio e o bem-estar no ambiente de trabalho, por meio de atividades voltadas ao cuidado preventivo com a saúde, acessibilidade e inclusão social dos quadros de pessoal e auxiliar.

24

Os órgãos do Poder Judiciário devem realizar a gestão do respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS). O PLS deverá ser composto, no mínimo, pelos indicadores de desempenho relacionados aos seguintes temas, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) Logística reversa.
- (B) Energia elétrica.
- (C) Água e esgoto.
- (D) Gestão de resíduos.
- (E) Qualidade de vida no ambiente de trabalho.

25

Mentalidade de risco, na ISO 9001, é a habilidade de identificar fatores que possam levar a desvios em relação aos objetivos dos processos e do próprio Sistema de Gestão de Qualidade, assim como de adotar as medidas cabíveis para prevenir que esses desvios aconteçam.

Diante do exposto, avalie se os princípios da gestão de risco incluem:

- I. Estabelecimento do Contexto.
- II. Identificação dos Riscos.
- III. Análise dos Riscos.
- IV. Avaliação dos Riscos.

Estão corretos os itens

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

26

A unidade de sustentabilidade prevista na resolução nº 400/21 deve, preferencialmente, ser subordinada diretamente à Presidência, à Secretária-Geral ou à Diretoria-Geral do órgão do Poder Judiciário.

A seguinte lotação mínima deverá ser observada na unidade de sustentabilidade:

- (A) 10 (dez) servidores(as), nos tribunais que possuam mais de 5.000 servidores do quadro de pessoal.
- (B) 3 (três) servidores(as), nos tribunais que possuam mais de 5.000 servidores do quadro de pessoal.
- (C) 4 (quatro) servidores(as), nos tribunais cuja quantidade de servidores seja inferior ao quantitativo de 5.000 servidores do quadro de pessoal.
- (D) 3 (três) servidores(as), nos tribunais cuja quantidade de servidores seja inferior ao quantitativo de 5.000 servidores do quadro de pessoal.
- (E) 6 (seis) servidores(as), nos tribunais que possuam mais de 5.000 servidores do quadro de pessoal.

27

Os princípios da gestão de qualidade incluem os seguintes, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) Liderança.
- (B) Foco no cliente.
- (C) Envolvimento das pessoas.
- (D) Abordagem de processo.
- (E) Inovação estratégica.

28

Sobre o Mapa Estratégico do Poder Judiciário 2021/2026 avalie se as afirmativas a seguir estão corretas.

- I. O aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública.
- II. O aperfeiçoamento da gestão da justiça criminal refere-se à adoção de medidas preventivas à criminalidade e ao aprimoramento do sistema criminal, por meio de maior aplicação de penas e medidas alternativas, investimento na justiça restaurativa e aperfeiçoamento do sistema penitenciário.
- III. A prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para conflitos se referem ao fomento de meios extrajudiciais para prevenção e para resolução negociada de conflitos, com a participação ativa do cidadão.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

29

Os princípios da Gestão Estratégica de Processos não incluem

- (A) a visão estratégica.
- (B) a seletividade.
- (C) o gerenciamento intensivo.
- (D) a padronização de processos.
- (E) o aprendizado.

30

Os Guias de Contratações Sustentáveis devem observar a legislação vigente e as normas técnicas para aferição e garantia da aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência, segurança e acessibilidade dos materiais utilizados de acordo com as orientações dos seguintes órgãos competentes, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).
- (B) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos (Ibama).
- (C) Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR).
- (D) Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade (SBAC).
- (E) Agência Nacional do Petróleo (ANP).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31

Sobre o estado de coisas inconstitucional, é correto afirmar que o Supremo Tribunal Federal

- (A) aplicou a teoria no caso da ausência de lei de greve para servidores públicos.
- (B) aplicou a teoria no caso do casamento entre pessoas do mesmo sexo.
- (C) não adotou a teoria concebida pela corte colombiana.
- (D) aplicou a teoria no caso do sistema penitenciário brasileiro.
- (E) aplicou a teoria no caso dos de aborto de fetos anencefálicos.

32

Em determinada Câmara do Tribunal de Justiça do Estado Alfa o relator percebe que há uma emenda constitucional superveniente em sentido contrário a lei municipal utilizada como fundamento e a Câmara julga o caso não aplicando a lei municipal.

De acordo com a ordem constitucional, é correto afirmar que o órgão julgador agiu

- (A) incorretamente, pois o Supremo Tribunal Federal não aplica a teoria de inconstitucionalidade superveniente.
- (B) incorretamente, pois órgão fracionário não pode deixar de aplicar lei que considere inconstitucional., em razão da cláusula de reserva de plenário.
- (C) incorretamente, pois se a lei municipal contrariou emenda constitucional superveniente a referida norma é constitucional, pois à época que foi editada não contrariou a constituição.
- (D) corretamente, pois se a lei municipal contrariou norma constitucional superveniente a referida norma é inconstitucional.
- (E) corretamente, pois se a lei municipal contrariou emenda constitucional superveniente a referida norma foi revogada.

33

Após editada uma lei estadual, há uma negativa em sua aplicação.

Nesse sentido, o instrumento de controle que pode ser endereçado ao Supremo Tribunal Federal para que este reconheça que a referida norma está em conformidade com a Constituição Federal de 1988, é denominado

- (A) Mandado de Segurança Coletivo.
- (B) Ação Direta Interventiva.
- (C) Ação Declaratória de Constitucionalidade.
- (D) Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
- (E) Reclamação Constitucional.

34

Considerando os limites do Poder Judiciário para determinar obrigações de fazer ao Estado, consistentes na realização de concursos públicos, contratação de servidores e execução de obras que atendam o direito social da saúde e de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é incorreto afirmar que

- (A) no caso de serviços de saúde, o déficit de profissionais pode ser suprido por concurso público ou, por exemplo, pelo remanejamento de recursos humanos e pela contratação de organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSICIP).
- (B) a intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, sem indicar as receitas orçamentárias necessárias ao cumprimento da obrigação imposta, viola o princípio da separação dos poderes.
- (C) a intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes.
- (D) a decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado.
- (E) é possível o Poder Judiciário determinar a implementação de políticas públicas urgentes com a finalidade de assegurar o direito à saúde, em substituição ao juízo de oportunidade e conveniência do Poder Executivo para a prática do ato administrativo, sem indicar as receitas orçamentárias necessárias ao cumprimento da obrigação imposta.

35

Lei distrital determina a pesagem obrigatória, na presença do consumidor, de botijões e cilindros de gás liquefeito de petróleo (GLP), visando exercer proteção e defesa do consumidor.

Diante do exposto, é correto afirmar que a referida norma é

- (A) constitucional por observar a competência concorrente dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre defesa do meio ambiente.
- (B) inconstitucional, por usurpar a competência dos Municípios sobre matéria de interesse local.
- (C) inconstitucional, por usurpar a competência privativa da União para legislar sobre energia.
- (D) inconstitucional, por usurpar a competência privativa da União para legislar sobre defesa do consumidor.
- (E) constitucional por observar a competência concorrente dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre defesa do consumidor.

36

Em relação às limitações ao poder de tributar e sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é **incorreto** afirmar que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

- (A) instituir impostos sobre entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes.
- (B) cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- (C) instituir impostos sobre fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais de autores brasileiros.
- (D) instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviço, uns dos outros.
- (E) cobrar tributos antes de decorridos 360 dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

37

A sucessão na hipótese de impedimento ou vacância dos cargos de Governador e de Vice-Governador se dará da seguinte forma:

- (A) serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.
- (B) serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal e o do Senado Federal.
- (C) serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.
- (D) serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente do Supremo Tribunal Federal, da Câmara dos Deputados e o do Senado Federal.
- (E) serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente do Supremo Tribunal Federal, do Senado Federal e o da Câmara dos Deputados.

38

De acordo com a Constituição, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

Sobre os direitos fundamentais é **incorreto** afirmar que

- (A) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.
- (B) nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
- (C) aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.
- (D) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que tenham autorização da autoridade competente e não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- (E) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.

39

Sobre a controvérsia relativa aos requisitos constitucionais para a criação de cargos em comissão, é **incorreto** afirmar que

- (A) os cargos em comissão devem ser preenchidos por servidores de carreira e destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- (B) a criação de cargos em comissão somente se justifica para o exercício de funções de direção, chefia e assessoramento, não se prestando ao desempenho de atividades burocráticas, técnicas ou operacionais.
- (C) o número de cargos comissionados criados deve guardar proporcionalidade com a necessidade que eles visam suprir e com o número de servidores ocupantes de cargos efetivos no ente federativo que os criar.
- (D) tal criação deve pressupor a necessária relação de confiança entre a autoridade nomeante e o servidor nomeado.
- (E) as atribuições dos cargos em comissão devem estar descritas, de forma clara e objetiva, na própria lei que os instituir.

40

A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, com algumas exceções.

Sobre o tema, é **incorreto** afirmar que é possível a intervenção para

- (A) é garantir a ordem jurídica se confirmada corrupção e/ou improbidade administrativa na unidade da federação.
- (B) reorganizar as finanças da unidade da Federação que deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas nesta Constituição, dentro dos prazos estabelecidos em lei.
- (C) repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra.
- (D) garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação.
- (E) reorganizar as finanças da unidade da Federação que suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior.

41

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

Sobre os direitos sociais é **incorreto** afirmar que são direitos dos trabalhadores

- (A) a remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.
- (B) a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
- (C) a participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.
- (D) a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.
- (E) a ação, quanto a créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de até dois anos após a extinção do contrato, para o trabalhador rural.

42

No âmbito do controle da atividade administrativa, tendo em vista as disposições constantes do Decreto-Lei nº 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro) acerca da segurança jurídica e da eficiência na criação e na aplicação do Direito Público e as peculiaridades atinentes ao controle administrativo e o controle judicial, é correto afirmar que

- (A) apenas em sede de controle de administrativo é necessário que sejam indicadas as consequências jurídicas e administrativas na hipótese de invalidação de ato administrativo.
- (B) a norma que estabelece que não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão, também é aplicável na esfera judicial.
- (C) as decisões judiciais que estabeleçam interpretação ou nova orientação sobre norma administrativa de conteúdo indeterminado devem retroagir, ainda que importe em invalidação de situações plenamente constituídas.
- (D) a decisão do processo, na esfera administrativa, não poderá impor compensação por benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos resultantes do processo ou da conduta dos envolvidos.
- (E) a exigência de motivação para demonstrar a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas, é aplicável somente no controle jurisdicional.

43

Maria, servidora pública do Estado de Roraima, estava realizando atendimento ao público quando observou que se aproximava uma pessoa utilizando cordão de fita com desenhos de girassóis, em razão do que concluiu corretamente que seria necessário o atendimento prioritário, mediante a apresentação dos documentos pertinentes, com base no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

A conclusão de Maria se deveu ao fato de que o cordão reconhecido por Maria, à luz do mencionado Diploma Legal, corresponde ao símbolo nacional que se refere à identificação de pessoas com

- (A) deficiência auditiva.
- (B) dificuldades motoras.
- (C) transtorno do espectro autista.
- (D) deficiências ocultas.
- (E) deficiência visual.

44

Ao analisar a possibilidade de responsabilização civil de certo Estado da Federação, em decorrência da promulgação de uma lei de efeitos concretos que observou o devido processo legislativo e se mostra compatível com a Constituição, mas que, apesar de válida e constitucional, ocasionou prejuízos individualizáveis e anormais a determinado administrado, Monica verificou corretamente que se trata de hipótese de

- (A) responsabilização objetiva, com base na teoria do risco integral.
- (B) responsabilização subjetiva, aplicando-se a teoria do risco administrativo.
- (C) responsabilização por ato lícito, que tem por fundamento a repartição dos ônus e encargos sociais.
- (D) irresponsabilidade do Estado, pois o exercício da atividade legislativa não pode ensejar o dever de indenizar.
- (E) irresponsabilidade do Estado, que não pode ser penalizado por condutas lícitas.

45

Lucélia é servidora pública estável, ocupante do cargo de Analista do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, que foi lotada em órgão com a atribuição de analisar processos administrativos, no âmbito da função atípica do Judiciário.

Nesse contexto, Lucélia considerou necessário aprofundar os seus conhecimentos acerca das atribuições que irá exercer, vindo a concluir, corretamente, em relação aos processos administrativos que

- (A) as decisões que não sejam mais passíveis de recurso são dotadas de definitividade, ou seja, fazem coisa julgada material, de modo que não podem ser questionadas na via judicial.
- (B) caso o requerente manifeste a sua desistência, o processo administrativo deverá ser extinto, pois não é possível o seu prosseguimento, ainda que Administração Pública entenda que o interesse público assim o exige.
- (C) as decisões administrativas são em regra irrecorríveis, salvo quando houver expressa previsão legal, situação em que o recurso será necessariamente dotado de efeito suspensivo.
- (D) não há necessidade de se garantir os princípios da ampla defesa e do contraditório nos processos administrativos sancionatórios, em regra, considerando que o atendimento a tais princípios é diferido para a esfera judicial.
- (E) devem ser objeto de intimação os atos do processo que resultem para o interessado em imposição de deveres, ônus, sanções ou restrição ao exercício de direitos e atividades e os atos de outra natureza, de seu interesse.

46

A Sociedade Alfa praticou ato lesivo à Administração Pública, nos termos da Lei nº 12.846/2013. Considerando que não foram adotadas providências para fins de responsabilização na esfera administrativa, à luz do mencionado Diploma Legal, é correto afirmar que

- (A) não poderá ser ajuizada a ação para fins de responsabilização, sem que concluída a apuração administrativa.
- (B) na esfera da responsabilização judicial, não é cabível a aplicação da penalidade de dissolução compulsória da sociedade.
- (C) qualquer dos legitimados para o ajuizamento da ação para responsabilização poderá requerer a indisponibilidade de bens, direitos ou valores necessários à garantia do pagamento da multa ou da reparação integral do dano causado.
- (D) não é possível a cumulação de sanções previstas na norma em comento nas demandas para fins de responsabilização judicial, que se sujeita a apenas uma penalidade.
- (E) é vedado ao Ministério Público pleitear a aplicação de multa na esfera judicial, ainda que constatada a omissão das autoridades competentes para promover a responsabilização administrativa.

47

Após explicar a distinção entre as modalidades de contratação direta, na forma da Lei nº 14.133/2021, delimitando as particularidades de (I) licitação inexigível e de (II) licitação dispensável, Brenda foi instada a exemplificar cada uma das mencionadas situações.

Nesse cenário, Brenda, apontou corretamente como exemplos, respectivamente,

- (A) (I) contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública; (II) a aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.
- (B) (I) contratação que tenha por objeto a aquisição de medicamentos destinados exclusivamente ao tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde; (II) contratação nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem.
- (C) (I) contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando a licitação for deserta ou fracassada; (II) contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, incluindo os serviços de publicidade e divulgação.
- (D) (I) contratação de objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento; (II) contratação de associação de pessoas com deficiência, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgão ou entidade da Administração Pública, para a prestação de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado e os serviços contratados sejam prestados exclusivamente por pessoas com deficiência.
- (E) (I) contratação para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado; (II) contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica, quando se tratar de profissional técnico de notória especialização.

48

Rudá e Amora estavam estudando juntos para concurso público, quando iniciaram um acalorado debate sobre a classificação dos bens públicos quanto a sua destinação e às peculiaridades do respectivo regime jurídico, notadamente no tocante à alienação, de modo que passaram a analisar tais aspectos em relação aos edifícios públicos em que funcionam o fórum da localidade e a respectiva Assembleia Legislativa.

Diante dessa situação hipotética, Rudá e Amora concluíram corretamente que

- (A) ambos são bens de uso comum do povo, que não são passíveis de alienação enquanto mantida a sua destinação.
- (B) ambos são bens de uso especial, passíveis de alienação, na medida em que desafetados.
- (C) nenhum deles é bem dominical, considerando a sua afetação, de modo que não podem ser alienados enquanto mantida a sua destinação.
- (D) o primeiro é bem de uso especial e o segundo é bem de uso comum do povo, que são passíveis de alienação, independentemente da afetação.
- (E) o primeiro é bem de uso comum do povo e o segundo é bem de uso dominical, que podem ser alienados, na medida em que desafetados.

49

No exercício de suas atribuições, Felício foi questionado acerca da existência de situações em que é assegurado ao contratado o direito à extinção do contrato, à luz do disposto na Lei nº 14.133/2021.

Nesse cenário, Felício respondeu corretamente que

- (A) não há previsão que assegure ao contratado o direito à extinção do contrato, tendo em vista o princípio da supremacia do interesse público.
- (B) qualquer alteração unilateral da avença enseja o direito à extinção do contrato para o contratado, tanto para mais, quanto para menos.
- (C) o atraso superior a 45 (quarenta e cinco) dias no pagamento das parcelas vencidas e devidas pela Administração, enseja o direito à extinção do contrato para o contratado.
- (D) as repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente da indenização pelas desmobilizações e mobilizações imprevistas, ensejam o direito à extinção do contrato para o contratado.
- (E) a supressão de obra realizada em edifício que acarrete modificação do valor inicial do contrato no montante de 40% (quarenta) por cento, enseja para o contratado o direito à extinção do contrato.

50

Diogo estava estudando as questões atinentes à Administração direta e indireta, quando surgiu uma dúvida acerca do enquadramento das entidades do Terceiro Setor no âmbito da organização administrativa.

Ao aprofundar os seus conhecimentos, com vistas a responder a tal questionamento, Diogo verificou corretamente que as entidades do Terceiro Setor

- (A) não integram a Administração direta nem a indireta, correspondendo ao mercado, de modo que devem ter finalidade lucrativa.
- (B) integram a Administração direta, de modo que não possuem personalidade jurídica.
- (C) integram a Administração indireta, juntamente com as sociedades de economia mista e empresas públicas.
- (D) não integram a Administração direta nem a indireta, pois tem caráter privado, não podendo ser confundidas com as entidades administrativas.
- (E) podem integrar a Administração direta ou indireta, a depender de sua personalidade jurídica, de direito público ou de direito privado, respectivamente.

51

Imagine que um incêndio tenha atingido um dos prédios do Tribunal de Justiça, comprometendo as suas instalações, e o trabalho de funcionários e jurisdicionados, em razão do que se revela necessário o uso de uma propriedade privada para resguardar o acervo e promover o funcionamento das respectivas atividades, ainda que precariamente, em caráter temporário, tão-somente para debelar a situação de iminente perigo, diante do objetivo de retorno ao antigo edifício após as obras pertinentes.

Considerando as modalidades de intervenção do Estado na propriedade é correto afirmar que tal situação deveria ensejar uma

- (A) servidão administrativa.
- (B) requisição administrativa.
- (C) limitação administrativa.
- (D) desapropriação confisco.
- (E) desapropriação por necessidade pública.

52

Após a sua aprovação em concurso público, Carolina foi investida no cargo de Analista do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima. Ocorre que Carolina teme perder a função pública em decorrência da prática de ato de improbidade administrativa, razão pela qual decidiu aprofundar os seus conhecimentos sobre a Lei nº 8429/92, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.133/2021 acerca do tema.

Nesse contexto, Carolina verificou corretamente que

- (A) por ser servidora ocupante de cargo efetivo, ela não se sujeita à penalidade de perda da função pública com base na legislação em foco, que somente é aplicável aos agentes políticos.
- (B) uma vez adquirida a estabilidade, ela não mais poderá perder a função pública em decorrência de eventual sentença que reconheça a prática de ato de improbidade que causa lesão ao erário, ainda que transitada em julgado.
- (C) mesmo que decisão judicial venha a reconhecer que ela praticou ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública, a norma em apreço não prevê a penalidade de perda a função pública nessa hipótese.
- (D) caso pratique ato de improbidade que causa lesão ao erário, há a possibilidade de ser a ela aplicada a penalidade de perda da função pública, isolada ou cumulativamente com as demais sanções previstas na norma em comento, após o devido processo administrativo, sem pronunciamento jurisdicional.
- (E) ainda que a sua conduta seja culposa, ela estará sujeita à penalidade de perda da função pública, nas situações em que configurada a prática de ato de improbidade que importa em enriquecimento ilícito.

53

Bianca, Getúlio, Luciana, Marisa e Mônica, amigos desde infância, contraíram um empréstimo junto ao Banco da Lua S.A., cujo pagamento ocorrerá em sessenta prestações. Por força da cláusula terceira, todos os devedores são solidários. Ao longo do empréstimo, diversas situações surgiram entre eles. Bianca tornou-se insolvente, Getúlio faleceu e o Banco exonerou Luciana da solidariedade. A respeito da situação hipotética, com base no Código Civil brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- (A) A propositura da ação do credor em face, apenas, de um dos devedores importará renúncia da solidariedade.
- (B) Se Getúlio tenha deixado herdeiros, cada um será obrigado a pagar toda a dívida, em virtude da perpetuidade da solidariedade.
- (C) Como a ação foi proposta somente contra Marisa, ela responderá integral e isoladamente pelos juros da mora.
- (D) A renúncia da solidariedade em favor de Luciana atinge todos os demais devedores, por respeito ao princípio da igualdade substancial.
- (E) Caso Mônica satisfaça a dívida por inteiro tem direito a exigir de cada um dos codevedores a sua quota, dividindo-se igualmente por todos a de Bianca.

54

Amanda, casada com Paulo pelo regime da comunhão universal, faleceu e deixou, como parentes vivos, seu avô materno, Nestor, e seus avós paternos, Raimundo e Clara. O patrimônio do casal, ao tempo do falecimento de Amanda, era de R\$ 2.400.000,00.

Nesse caso, é correto afirmar que

- (A) em razão do regime de bens do casamento de Amanda e Paulo, são chamados à sucessão de Amanda apenas os ascendentes.
- (B) cada ascendente herda R\$ 400.000,00.
- (C) cada ascendente herda R\$ 200.000,00.
- (D) Paulo herda R\$ 1.200.000,00.
- (E) Nestor herda R\$ 300.000,00 e Raimundo, R\$ 150.000,00.

55

Após longo processo judicial, Augusto logrou êxito em ter deferida, a seu favor, a guarda unilateral de sua filha Lia, de 13 anos de idade. Ao longo do processo, restou demonstrado que Ana, mãe de Lia, não estava apta a exercer a guarda. Cerca de um ano após o trânsito em julgado da sentença, com a respectiva expedição do termo de guarda definitiva, Augusto faleceu. Diante do fato, Bruno, irmão unilateral paterno de Lia, de 40 anos, pretende assumir todas as responsabilidades pela criação da irmã.

Diante da situação hipotética narrada e com base na legislação vigente, é correto afirmar que, no caso,

- (A) a guarda de Lia, necessariamente, deverá ser deferida para Ana, pois é quem detém o poder familiar e é a única genitora sobrevivente, restando a Bruno requerer o direito à visitação.
- (B) considerando que a inaptidão de Ana já foi reconhecida judicialmente, Bruno deverá requerer a tutela de sua irmã, Lia.
- (C) Bruno deverá requerer a guarda unilateral de sua irmã, com especiais poderes de representação, demonstrando que o seu pedido vai ao encontro do princípio do melhor interesse da criança e do adolescente.
- (D) Bruno deverá requerer a guarda unilateral de Lia, mas não poderá representá-la nos atos da vida civil, pois os poderes de representação permanecerão exclusivamente com Ana.
- (E) deverá ser deferida a guarda compartilhada, pois é a regra no sistema brasileiro, a qual só pode ser excepcionada a favor de um dos genitores.

56

João, casado e pai de três filhos, é empresário atuante no ramo do comércio de eletrônicos. Após alguns anos de atividade, ele acumulou dívidas junto a fornecedores e ao banco. Com o intuito de organizar as suas finanças e adimplir suas obrigações, optou por mudar-se com sua família para um imóvel menor, de propriedade de seus pais, e alugar o seu. Com a renda do aluguel, estava conseguindo manter as necessidades básicas da família e adimplir algumas de suas obrigações. No entanto, em razão de um acidente de trânsito causado por sua negligência, João foi condenado a pagar uma indenização por danos morais e materiais à vítima e em fase de execução, o credor pediu a penhora do imóvel de João.

Diante da situação hipotética narrada, com base na legislação vigente e no entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

- (A) o imóvel pode ser penhorado, pois João e sua família não residem nele, e a impenhorabilidade só se aplica ao bem de família quando ele é utilizado como moradia pelo devedor.
- (B) o imóvel é impenhorável, pois, mesmo estando alugado, o valor recebido pela locação é utilizado para a subsistência da família de João, caracterizando o imóvel como bem de família protegido.
- (C) a proteção da impenhorabilidade do bem de família prescinde que o imóvel esteja efetivamente sendo utilizado para a moradia, bastando que seja o único dessa natureza de propriedade do devedor.
- (D) o imóvel de João pode ser penhorado, pois a dívida resultante de condenação por danos morais e materiais não está entre as exceções à impenhorabilidade e encontra fundamento no princípio da reparação integral dos danos.
- (E) o imóvel é impenhorável apenas se a locação do bem for temporária e Carlos pretender retomar sua posse como moradia no futuro.

57

Helena emprestou um terreno a Pedro, seu sobrinho, e emprestou uma loja a Júlia, sua sobrinha. Durante o tempo em que exerceram a posse dos imóveis, com autorização de Helena, Pedro construiu um restaurante no terreno e Júlia reformou a loja, substituiu a porta de entrada, que não mais funcionava, trocou a cor das paredes, antiquada, por uma cor mais moderna e colocou um novo computador no caixa.

Diante desses fatos hipotéticos, é correto afirmar que

- (A) em hipótese alguma Helena teria que indenizar Pedro pela construção do restaurante.
- (B) pelo fato de ter construído o restaurante, pode ser que Pedro tenha adquirido a propriedade do imóvel.
- (C) Júlia pode exigir indenização pelo computador.
- (D) Helena está obrigada a indenizar Júlia pela pintura das paredes.
- (E) Júlia não tem direito de retenção por qualquer das obras que fez.

58

Francisca foi intimada a depor como testemunha em processo movido por Ramon, seu pai, em desfavor de Florinda, sua vizinha e notória inimiga de Ramon.

Dois dias depois, Clotilde, moradora da mesma vila aonde Francisca, Ramon e Florinda vivem, recebeu carta com aviso de recebimento, enviada por Frederico, advogado de Florinda. Na carta, o patrono aduziu que Clotilde fora arrolada como testemunha no mesmo processo e indicando a data da audiência para fins de comparecimento, a qual será realizada vinte dias depois da data de recebimento da carta em questão.

Tomando esse caso como premissa, é correto afirmar que

- (A) Francisca e Clotilde são impedidas de depor, ante a relação de parentesco e vizinhança, respectivamente.
- (B) a suspeição de Francisca poderá ser arguida em audiência pelo advogado de Florinda, cabendo a Frederico provar a contradita no prazo de 5 (cinco) dias a contar do encerramento do ato.
- (C) as perguntas serão formuladas pelas partes ao juiz, que efetuará a re pergunta à testemunha, não admitindo as forem impertinentes ou já tiverem sido respondidas.
- (D) não há nulidade decorrente da intimação efetuada pelo advogado de Florinda, a qual respeitou o procedimento legal para tanto.
- (E) a despeito de seu impedimento para depor, Francisca poderá ser ouvida como testemunha no processo, desde que preste o compromisso de dizer a verdade.

59

A tutela provisória possui diversas características, resultantes de sua natureza. Entre elas, a característica da tutela provisória que traduz a possibilidade de que seus efeitos sejam modificados ou revogados mediante decisão judicial posterior à sua concessão é denominada

- (A) reversibilidade.
- (B) urgência.
- (C) estabilidade.
- (D) caução.
- (E) inércia.

60

Analise as afirmativas a seguir acerca da competência.

- I. É competente o foro do lugar onde está a sede, para a ação em que for ré pessoa jurídica.
- II. A ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência relativa.
- III. Quando o réu não tiver domicílio ou residência no Brasil, a ação será proposta no foro de domicílio do autor, e, se este também residir fora do Brasil, a ação será proposta em qualquer foro.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, apenas.

61

Regina ajuizou ação de execução fundada em título executivo extrajudicial. Após a distribuição, e antes da citação, Regina averbou a pendência do processo no registro de um imóvel de propriedade de João.

Após ser citado, com o intuito de esvaziar integralmente seu patrimônio, João alienou o mencionado imóvel, bem como dois veículos: o primeiro, o qual utilizava para trabalhar como motorista de aplicativo de transporte, e outro, usado para lazer e passeios aos finais de semana.

Nesse caso, é correto afirmar que

- (A) as alienações de bens realizadas são nulas em relação à Regina, que poderá requerer a penhora em relação a todos os bens de propriedade de João.
- (B) há fraude à execução em relação à alienação do imóvel, ante a averbação em seu registro da pendência do processo de execução fundada em título extrajudicial.
- (C) antes de eventual declaração de fraude à execução, o juiz deverá intimar os terceiros adquirentes para, se quiserem, oporem embargos de terceiro, no prazo de 10 (dez) dias.
- (D) ambos os veículos são bens absolutamente impenhoráveis, eis que poderão ser utilizados para que João exerça seu ofício de motorista de aplicativo.
- (E) após ser citado, João teve o prazo legal de 5 (cinco) dias para efetuar o pagamento, sob pena de multa e honorários advocatícios de 10% (dez por cento) cada.

62

Maria caminhava pelo centro de Boa Vista, Roraima, momento em que Caio apontou um simulacro de arma de fogo em direção à sua cabeça e exigiu a entrega de seus bens. Imediatamente, em razão do medo incutido, Maria entregou um telefone celular e um relógio para Caio, que fugiu na sequência.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que, se encontrado, Caio responderá pelo crime de

- (A) extorsão qualificada.
- (B) extorsão majorada.
- (C) roubo qualificado.
- (D) roubo majorado.
- (E) roubo simples.

63

Jonas, ocupante de um cargo em comissão no âmbito de uma empresa pública, agindo com dolo, apropriou-se, em proveito próprio, de determinado computador portátil de alta complexidade, pertencente à estatal, de que tinha a posse em razão do cargo ocupado. Registre-se que o bem móvel apropriado foi avaliado em R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Jonas responderá pelo crime de

- (A) peculato, com a incidência de uma causa de aumento de pena, pois o autor é ocupante de cargo em comissão em empresa pública.
- (B) corrupção passiva, com a incidência de uma causa de aumento de pena, em razão do elevado valor do bem apropriado.
- (C) corrupção passiva qualificada, pois o autor é ocupante de cargo em comissão em empresa pública.
- (D) peculato qualificado, em razão do elevado valor do bem apropriado.
- (E) corrupção ativa qualificada, em razão do elevado valor do bem apropriado.

64

João, primário e portador de bons antecedentes, foi condenado a uma pena final de um ano de reclusão, por ter praticado o crime de lesão corporal em detrimento de sua esposa, no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher. Por outro lado, Mário foi condenado, definitivamente, a uma pena de dois anos e quatro meses de reclusão e onze dias de multa, em razão da prática do crime de furto qualificado, sendo reincidente pelo cometimento do mesmo delito. Registre-se que, nos processos de João e Mário, todas as circunstâncias judiciais foram consideradas neutras pelo juízo sentenciante.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal e a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

- (A) João não tem direito à substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos. Contudo, o condenado pode ser beneficiado com a suspensão condicional da pena. Por outro lado, Mário não faz jus à substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, nem tampouco à suspensão condicional da pena.
- (B) Mário não tem direito à substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos. Contudo, o condenado pode ser beneficiado com a suspensão condicional da pena. Por outro lado, João não faz jus à substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, nem tampouco à suspensão condicional da pena.
- (C) os dois condenados não têm direito à substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos. Contudo, João e Mário podem ser beneficiados com a suspensão condicional da pena.
- (D) os dois condenados têm direito à substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos. Contudo, João e Mário não podem ser beneficiados com a suspensão condicional da pena.
- (E) os dois condenados não têm direito à substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, nem tampouco à suspensão condicional da pena.

65

Ao tomar conhecimento de que Maria, maior e capaz, estava, voluntariamente, praticando atos de prostituição, Luiz, seu irmão, agindo com dolo, passou a tirar proveito da mercancia sexual por ela implementada, participando diretamente de seus lucros.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Luiz responderá pelo crime de

- (A) mediação para servir a lascívia de outrem, com a incidência de uma causa de aumento de pena, pois Luiz é irmão da vítima.
- (B) mediação para servir a lascívia de outrem, na modalidade simples, sem causas de aumento de pena.
- (C) violação sexual mediante fraude, na modalidade qualificada, pois Luiz é irmão da vítima.
- (D) rufianismo, na modalidade qualificada, pois Luiz é irmão da vítima.
- (E) rufianismo, na modalidade simples, sem causas de aumento de pena.

66

Durante o cumprimento de pena em regime fechado, pela prática do crime de porte de arma de fogo de uso permitido, a companheira de Marcos veio a óbito.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984, é correto afirmar que Marcos

- (A) não terá direito à permissão de saída, por se tratar de condenado em cumprimento de pena em regime fechado.
- (B) não terá direito à permissão de saída, pois não houve a morte de ascendente ou descendente.
- (C) terá direito à permissão de saída, a ser concedida pelo diretor do estabelecimento prisional.
- (D) terá direito à saída temporária, a ser concedida pelo diretor do estabelecimento prisional.
- (E) terá direito à saída temporária, a ser concedida pelo juízo da execução.

67

Marcos, preso preventivamente há dois anos, foi pronunciado, no dia 20 de janeiro de 2024, pela prática do crime de homicídio qualificado. Por sua vez, Lucas, em prisão preventiva faz um ano e seis meses, foi pronunciado, no dia 20 de julho de 2023, pelo cometimento do crime de homicídio triplamente qualificado. Por fim, Hermes, que se encontra preso preventivamente há um ano, foi pronunciado, no dia 20 de fevereiro de 2020, pela perpetração do crime de feminicídio. Registre-se que não há qualquer motivo relevante que justifique a alteração na ordem dos julgamentos.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, dar-se-á preferência ao julgamento dos processos de

- (A) Marcos, Lucas e Hermes, nesta ordem.
- (B) Marcos, Hermes e Lucas, nesta ordem.
- (C) Lucas, Marcos e Hermes, nesta ordem.
- (D) Lucas, Hermes e Marcos, nesta ordem.
- (E) Hermes, Marcos e Lucas, nesta ordem.

68

Mário, testemunha de um grande esquema criminoso, está extremamente receoso de depor em juízo, temendo pela sua segurança e de seu núcleo familiar. Nesse contexto, o advogado de Mário lhe informou sobre a existência de um programa de proteção a testemunhas ameaçadas, orientando-o adequadamente sobre a matéria.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 9.807/1999, analise as afirmativas a seguir:

- I. Estão excluídos da proteção, entre outros, os indivíduos cuja personalidade ou conduta seja incompatível com as restrições de comportamento exigidas pelo programa. Tal exclusão não trará prejuízo a eventual prestação de medidas de preservação da integridade física desses indivíduos por parte dos órgãos de segurança pública.
- II. A proteção poderá ser estendida, a critério do juiz, ao cônjuge, ao companheiro ou aos parentes em linha reta ou colateral, até o quarto grau, inclusive, desde que haja requerimento formulado pela testemunha.
- III. Toda admissão no programa ou exclusão dele será precedida de consulta ao juiz competente e deverá ser subsequentemente comunicada à autoridade policial e ao Ministério Público.
- IV. O ingresso no programa, as restrições de segurança e demais medidas por ele adotadas terão sempre a anuência da pessoa protegida, ou de seu representante legal.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.807/1999, estão corretas as afirmativas

- (A) II e IV, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) I, III e IV, apenas.

69

Determinado Delegado de Polícia pretende apresentar, em juízo, representações pela decretação da prisão temporária dos investigados em três diferentes inquéritos policiais. João responde pelo crime de corrupção passiva. Matheus, por sua vez, é investigado pela prática de furto qualificado pelo rompimento de obstáculo à subtração da coisa. Por fim, Caio é acusado de ter praticado o delito de roubo simples. Registre-se que, no entendimento da autoridade policial, a prisão temporária é imprescindível para as investigações em curso, além de existir fundadas razões de autoria dos indiciados nas infrações penais narradas.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 7.960/1989, é correto afirmar que caberá a prisão temporária em face de

- (A) João e Matheus, apenas.
- (B) Caio e Matheus, apenas.
- (C) João, Caio e Matheus.
- (D) João e Caio, apenas.
- (E) Caio, apenas.

70

O Ministério Público propôs a José, acusado de praticar infração penal de menor potencial ofensivo, a aplicação imediata de pena restritiva de direitos, devidamente especificada. Com o aceite de José e da defesa técnica, o juiz competente acolheu a proposta, aplicando, na sequência, a pena restritiva de direitos, que não importará em reincidência.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, é correto afirmar que José se beneficiou da (de)

- (A) suspensão condicional do processo.
- (B) acordo de não persecução penal.
- (C) composição dos danos civis.
- (D) colaboração premiada.
- (E) transação penal.

PROVA DISCURSIVA

O Estado Beta instituiu o Código de Proteção aos Animais, que proíbe a prática de rinha de galos e fixa multas a todos os participantes envolvidos no evento, independentemente da responsabilidade civil e penal individualmente imputável a cada um. José, cidadão do Estado beta, praticante de rinha, inconformado com a proibição decidiu procurar uma associação para garantir o seu direito de realizar o esporte com seus animais.

Diante do exposto, disserte a respeito da demanda de José, a partir da análise da norma questionada, abordando fundamentadamente, em no máximo 30 linhas, as seguintes questões:

- A) Análise sobre a constitucionalidade formal da norma.**
- B) Análise sobre a constitucionalidade material da norma.**
- C) Princípios constitucionais compreendidos na solução da questão.**
- D) Posição do Supremo Tribunal Federal sobre o tema.**

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30

Realização

